



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



PROCESSO LICITATÓRIO 33/2025 INEXIGIBILIDADE ART 74, INCISO I DA LEI 14.133/2021

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 80.912.124/0001-82 representado neste ato pelo Prefeito **Sr. VANDERLEI BONALDO**, inscrito no CPF sob nº. 043.822.729-80, faz saber através do presente Edital de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, que fará a contratação da empresa **CLUBE DOS IDOSOS ESTRELA de São Miguel da Boa Vista** inscrita no CNPJ sob o nº. 00.191.237/0001-05 para **FORNECIMENTO DE ALUGUEL DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PALESTRAS, CURSOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2025.**

1 - DO OBJETO

1.1 - Este Edital tem por objeto o **CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PALESTRAS, CURSOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2025**, nos valores estimados, conforme tabela constante no anexo II deste edital.

2 - DO VALOR

2.1 - Os valores estimados a serem pagos para a contratada são os relacionados no anexo II deste edital, sendo que as faturas serão lançadas e pagas mensalmente conforme consumo de cada local/ponto.

3 – JUSTIFICATIVA DE PREÇO/ESCOLHA DO FORNECEDOR

3.1 A contratada é possuidora de um espaço físico com tamanho apropriado para realização de palestras, cursos, e outras atividades que o município por vezes usa, tendo em vista que conta com a infraestrutura necessária para as atividades, inclusive com cozinha, além de ser localizada na sede do município, o que facilita a logística quando a realização de tais atividades.

Por ser a única entidade que possui espaço neste sentido, razão pela qual a licitação resta inexigível, pois é inviável a competição, conforme art. 74, I da Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

É desprezável qualquer tentativa no sentido de comprovação da compatibilidade dos valores com o praticado no mercado, pois se trata de taxas preestabelecidas pela entidade em suas reuniões com os sócios.

Justifica-se aqui também que podem haver variação de valores para cada locação, tendo em vista que cada atividade necessita de suas particularidades, como por exemplo as aulas de dança não utilizam da cozinha, enquanto os cursos necessitam.

A entidade contratada possui um espaço físico que atende às necessidades específicas para a realização de eventos, palestras e cursos promovidos pelas secretarias municipais. Este espaço é adequado em termos de tamanho e infraestrutura, contando inclusive com uma cozinha, além de estar localizado na sede do município, facilitando a logística das atividades.

Por ser a única entidade na região que oferece um espaço com essas características, a licitação torna-se inexigível, conforme disposto no art. 74, I da Lei nº 14.133/2021, devido à inviabilidade de competição. A exclusividade deste espaço justifica a inexigibilidade, uma vez que não há outros locais que atendam aos mesmos requisitos no município.

Além disso, a entidade estabelece taxas predefinidas em reuniões com seus sócios, tornando inviável

**Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax (49) 3667-0050 - CEP: 89879-000
CNPJ: 80.912.124/0001-82 – Site: www.saomigueldaboavista.sc.gov.br**



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



qualquer tentativa de comprovação de compatibilidade dos valores com os praticados no mercado. Os valores podem variar conforme a natureza do evento, considerando as particularidades de cada atividade. Por exemplo, aulas de dança não utilizam a cozinha, enquanto cursos podem necessitar deste recurso.

Portanto, a contratação direta é justificada pela exclusividade do espaço e pela impossibilidade de competição, garantindo que as necessidades das secretarias municipais sejam atendidas de forma eficiente e eficaz.

4 – PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes deste processo de inexigibilidade correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto atividade	Complemento	Aplicação
2.035 Manutenção das atividades da atenção básica	3390000000000000	Aplicações diretas
2.004 Manutenção das atividades da ADM geral	3390000000000000	Aplicações diretas
2.012 manutenção das atividades do ensino fundamental	3390000000000000	Aplicações diretas
2.025 manutenção das atividades da secretaria de agricultura	3390000000000000	Aplicações diretas
2.045 manutenção das atividades do CRAS	3390000000000000	Aplicações diretas
2.022 manutenção das atividades da cultura	3390000000000000	Aplicações diretas

5 – HABILITAÇÃO JURIDICA E QUALIFICAÇÃO MINIMA NECESSÁRIA

5.1 Os documentos relativos a habilitação da empresa a ser contratada, serão aqueles solicitados no anexo I deste edital.

6 - DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

6.1 - Os Serviços deverão ser prestados conforme estabelecido no termo de referencia e nas assembleias gerais do clube.

7 - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS

7.1 - A fiscalização e a gestão da execução do objeto desta contratação ficarão a cargo dos secretários municipais, neste ato secretária de administração e fazenda Fernanda Fassbinder, secretária de educação Roseli T. Buzatto De Campos, secretário de Agricultura Gilberto Bloss, secretário de saúde Adriano Magioni, e a Coordenadora do Cras Ivani Meinerz.

7.2 – Fica nomeada a Secretária de Administração e Fazenda, Fernanda Fassbinder como gestora do contrato.

8 - FORMA DE PAGAMENTO

8.1- Os valores serão pagos, até o 10º (décimo) dia útil após a liquidação, que se dará mediante apresentação de nota fiscal.

9 - DA VIGÊNCIA

9.1 – O prazo de vigência do contrato será até **31/12/2025**, podendo ser renovado, por interesse da administração, quando de comum acordo, pelos prazos previstos em lei.

10- DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, com aplicação das seguintes sanções:



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;
- VIII - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- IX - Fraudar ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- XII - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 – Dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira, e dá outras providências.

11- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Para fins de garantir a ampla publicidade, este ato que autoriza a inexigibilidade de licitação, junto com os demais documentos mencionados neste documento, será divulgado:

- I - Página do Município de São Miguel da Boa Vista (www.saomigueldaboavista.sc.gov.br);
- II - Diário Oficial dos Municípios – DOM

12 - DO FORO

13.1 - Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

São Miguel da Boa Vista/SC, 28 de Fevereiro de 2025.

VANDERLEI BONALDO
Prefeito Municipal



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO I

HABILITAÇÃO JURIDICA

Regularidade	Cartão CNPJ ativo
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com o FGTS.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Municipal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Federal.
Regularidade Fiscal	Comprovante de regularidade para com a Fazenda Estadual, da sede da empresa.
Regularidade	Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
Regularidade	Certidão Negativa de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência expedida em nome da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade constante na própria certidão. Caso a certidão seja omissa quanto ao seu prazo de validade, serão consideradas válidas, aquelas emitidas em período não superior a 90 dias anteriores a data da realização do certame.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



ANEXO II

TERMO REFERÊNCIA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PALESTRAS, CURSOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2025.

Item	Qty	Und	Descrição	Valor Unit	Valor Total
01	11	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA AULAS DE DANÇA PROMOVIDO PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA	200,00	2.200,00
02	05	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS, EVENTOS CULTURA	151,80	759,00
03	05	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS CRAS	151,80	759,00
04	03	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS ADMINISTRAÇÃO	151,80	455,40
05	25	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS SECRETARIA DE AGRICULTURA	151,80	3.795,00
06	05	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS SAÚDE	151,80	759,00

1 JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A contratada é possuidora de um espaço físico com tamanho apropriado para realização de palestras, cursos, e outras atividades que o município por vezes usa, tendo em vista que conta com a infraestrutura necessária para as atividades, inclusive com cozinha, além de ser localizada na sede do município, o que facilita a logística quando a realização de tais atividades.

Por ser a única entidade que possui espaço neste sentido, razão pela qual a licitação resta inexigível, pois é inviável a competição, conforme art. 74, I da Lei nº 14.133/2021:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.

É desprezável qualquer tentativa no sentido de comprovação da compatibilidade dos valores com o praticado no mercado, pois se trata de taxas preestabelecidas pela entidade em suas reuniões com os sócios.

Justifica-se aqui também que podem haver variação de valores para cada locação, tendo em vista que cada atividade necessita de suas particularidades, como por exemplo as aulas de dança não utilizam da cozinha, enquanto os cursos necessitam.

3. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

3.1. O fornecimento deverá ser conforme cronograma das secretarias, previamente agendados com a contratada, conforme a disponibilidade de espaço.

3.2. O objeto do presente termo de referência será fiscalizado, pelos secretários municipais.

3.3. O objeto do presente termo de referência poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estipulado no edital, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4 – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Rua São Luiz, 210, Centro - Fone/Fax (49) 3667-0050 - CEP: 89879-000

CNPJ: 80.912.124/0001-82 – Site: www.saomigueldaboavista.sc.gov.br



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



4.1 - A fiscalização e a gestão da execução do objeto desta contratação ficarão a cargo dos secretários municipais, neste ato secretária de administração e fazenda Fernanda Fassbinder, secretária de educação Roseli T. Buzatto De Campos, secretário de Agricultura Gilberto Bloss, secretário de saúde Adriano Magioni, e a Coordenadora do Cras Ivani Meinerz.

4.2 - A fiscalização será exercida no interesse da Administração Municipal e não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5 - DOS ENCARGOS

5.1 - Incumbe a Administração Municipal:

I - Fiscalizar através dos fiscais acima descritos, a execução efetiva do objeto contratado.

II - efetuar os pagamentos à Contratada através do departamento financeiro.

III – quando necessário, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

5.2 - **Incumbe à Contratada,**

I- Disponibilizar o espaço conforme cronograma, pré-estabelecido junto com o município.

II- Entregar o espaço em condições de uso.

III- pagar todos os tributos, taxas, impostos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços fornecidos.

IV- atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

V- manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.

VI- assumir todos os gastos e despesas que fizer necessário para o adimplemento das obrigações decorrentes da contratação.

6 - DO PAGAMENTO

6.1 - O pagamento será efetuado até o 10º dia útil após a liquidação, mediante apresentação de nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo recebedor.

6.2 - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

6.3 - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

6.4 As despesas decorrentes do cumprimento da presente licitação, correrão por conta do elemento orçamentário:

Projeto atividade	Complemento	Aplicação
2.035 Manutenção das atividades da atenção básica	3390000000000000	Aplicações diretas
2.004 Manutenção das atividades da ADM geral	3390000000000000	Aplicações diretas
2.012 manutenção das atividades do ensino fundamental	3390000000000000	Aplicações diretas
2.025 manutenção das atividades da secretaria de agricultura	3390000000000000	Aplicações diretas
2.045 manutenção das atividades do CRAS	3390000000000000	Aplicações diretas
2.022 manutenção das atividades da cultura	3390000000000000	Aplicações diretas

7 – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1 A contratação será realizada através de processo de Inexigibilidade de licitação, fundamentada na Lei nº 14.133/2021, Art. 74, I.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



8 - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

8.1 – A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

8.1.1. Advertência, no caso de inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

8.1.2. Multa, no percentual compreendido entre 0,5% e 30% do valor do contrato, que poderá ser cumulada com a advertência, o impedimento ou a declaração de inidoneidade de licitar ou de contratar.

8.1.3. Impedimento de licitar e de contratar com o CONTRATANTE, pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

8.1.3.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao Município, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.

8.1.3.2. Dar causa à inexecução total do contrato.

8.1.3.3. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

8.1.3.4. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado.

8.1.3.5. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

8.1.3.6. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.

8.1.4. Declaração de inidoneidade de licitar e contratar com qualquer órgão público da Administração Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, direta ou indireta, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, nas seguintes situações:

8.1.4.1. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato.

8.1.4.2. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato.

8.1.4.3. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

8.1.4.4. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

8.1.4.5. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

8.2.2. As peculiaridades do caso concreto.

8.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

8.2.4. Os danos que dela provierem para o CONTRATANTE.

8.2.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.3. Na aplicação das sanções previstas nesta cláusula, será oportunizado à CONTRATADA defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da sua intimação.

8.4. A aplicação das sanções de impedimento e de declaração de inidoneidade requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão designada pelo CONTRATANTE composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



Fernanda L D Fassbinder
Sec. de ADM e Fazenda

Roseli T. Buzatto de Campos
Sec. De Educação

Gilberto J. Bloss
Sec. de Agricultura

Adriano Magioni
Sec. de Saúde

Ivani Meinerz
Coordenadora do CRAS



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº /2025

Contrato de prestação de serviços

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em **Sr. VANDERLEI BONALDO**, inscrito no CPF sob nº. 04*.22.*29-80, doravante denominado **CONTRATANTE** e a empresa _____ inscrita no CNPJ sob nº. _____, com sede na _____, nº _____, na cidade de _____, neste ato representado por _____, doravante denominado de **CONTRATADA**, resolvem contratar o objeto do presente, de acordo com as seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I - O presente contrato tem por objetivo a **CONTRATAÇÃO DE ALUGUEL DE ESPAÇO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS, PALESTRAS, CURSOS PARA USO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DURANTE O ANO DE 2025, CONFORME DESCRITIVOS E QUANTIDADES DESCRITAS ABAIXO:**

Item	Qty	Und	Descrição	Valor Unit	Valor Total
01	11	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA AULAS DE DANÇA PROMOVIDO PELO DEPARTAMENTO DE CULTURA	200,00	2.200,00
02	05	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS, EVENTOS CULTURA	151,80	759,00
03	05	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS CRAS	151,80	759,00
04	03	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS ADMINISTRAÇÃO	151,80	455,40
05	25	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS SECRETARIA DE AGRICULTURA	151,80	3.795,00
06	05	Aluguel	ALUGUEL ESPAÇO FÍSICO PARA PALESTRAS, CURSOS SAÚDE	151,80	759,00

CLAUSULA SEGUNDA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas para execução do Contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto atividade	Complemento	Aplicação
2.035 Manutenção das atividades da atenção básica	3390000000000000	Aplicações diretas
2.004 Manutenção das atividades da ADM geral	3390000000000000	Aplicações diretas
2.012 manutenção das atividades do ensino fundamental	3390000000000000	Aplicações diretas
2.025 manutenção das atividades da secretaria de agricultura	3390000000000000	Aplicações diretas
2.045 manutenção das atividades do CRAS	3390000000000000	Aplicações diretas
2.022 manutenção das atividades da cultura	3390000000000000	Aplicações diretas



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



CLAUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS

DO PREÇO

I - O preço total dos itens adjudicados, é de R\$ _____ (_____ reais), perfazendo um valor mensal de R\$ _____ (_____ reais), de incluindo-se nele todos os custos necessários para a execução do serviço contratado.

DA FORMA DE PAGAMENTO

I - O pagamento será efetuado, até o 10º dia útil após a liquidação, mediante apresentação de nota fiscal devidamente atestada pelo recebedor.

II - A critério da Contratante, poderão ser utilizada parte dos pagamentos devidos para cobrir possíveis despesas com multas, indenizações a terceiros ou outras, de responsabilidade da Contratada.

III - A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou da matriz.

CLAUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

I - Prazo de vigência do contrato será de sua assinatura até **31/12/2025**, conforme exigido em edital, podendo, caso necessário, ser prorrogado, quando de comum acordo, dentro dos limites da legislação.

II - A CONTRATADA compromete-se a entregar o objeto contratado, dentro dos parâmetros e especificações técnicas definidos no edital de dispensa de licitação.

CLAUSULA QUINTA - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

I - O objeto deverá ser entregue conforme edital, bem como atendendo a todas as cláusulas do Edital, seus anexos, e do Contrato se for o caso.

II - O objeto contratado será fiscalizado, neste ato pelos Secretários de cada departamento Municipal.

III - O objeto contratado poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos no prazo estipulado no edital, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTAMENTO

I - O preço contratado não sofrerá reajustes ou reequilíbrio financeiro para o ano de 2025.

CLAUSULA SETIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

I - Fiscalizar através dos fiscais acima descritos, a execução efetiva do objeto licitado, qualidade dos serviços, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a qualidade do objeto, fazendo cumprir todas as normas deste edital.

II - efetuar os pagamentos à Contratada através do departamento financeiro.

III - quando necessário, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

5.2 - **Incumbe à Contratada**, além de outras incluídas neste Edital e seus Anexos:

I- Disponibilizar o espaço conforme cronograma, pré-estabelecido junto com o município.

II- Entregar o espaço em condições de uso.

III- pagar todos os tributos, taxas, impostos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os serviços fornecidos.

IV- atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização do contrato, inerentes ao objeto da contratação.

V- manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação.



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



CLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGACOES DO MUNICIPIO

I - Fiscalizar através dos fiscais acima descritos, a execução efetiva do objeto licitado, qualidade dos serviços, bem como atestar sobre as notas fiscais/faturas a qualidade do objeto, fazendo cumprir todas as normas deste edital.

II - Efetuar os pagamentos à Contratada através do departamento financeiro.

III – Quando necessário, aplicar as penalidades regulamentares e contratuais.

CLAUSULA NONA - DA VINCULAÇÃO

I - Vinculam-se ao presente contrato, todas as regras e condições estabelecidas no Edital do Processo Licitatório 33/2025, bem como seus anexos, os quais passam a fazer parte integrante deste instrumento.

II - A Contratada não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas na referida Dispensa de Licitação, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

I – A Contratada fica sujeita às penalidades e multas previstas no Art. 156 das sanções administrativas e da tutela judicial” da Lei Federal nº. 14.133/2021.

II – A Contratada ficará sujeita à multa equivalente a 10% (dez por cento) do valor inicial do presente contrato, caso venha interromper a execução dos serviços ora contratados sem a ocorrência de nenhum dos motivos elencados Art.155 da Lei 14.133/2021 ou estabelecidos neste contrato.

III – A Contratada assiste ao direito de pedir reconsideração por escrito ao Contratante dentro do prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, que será julgada no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, relevando ou não a multa ou outras sanções constantes no Art. 156 da Lei 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

I - O presente contrato poderá ser alterado nos casos previstos na Lei 14.133/2021.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA E PUBLICAÇÃO

I - O presente Contrato será regido pela Lei nº. 14.133/2021 e somente terá eficácia após a sua publicação na Imprensa Oficial do Município.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste termo de contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, Estado de Santa Catarina, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente, em duas vias ou mais vias de igual forma e teor, sem emendas ou rasuras, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

VANDERLEI BONALDO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista (SC), ___/___/2025

CONTRATADA

CNPJ sob nº. _____

Representante

Legal



Município de São Miguel da Boa Vista

Estado de Santa Catarina



Fernanda L D Fassbinder
Sec. de ADM e Fazenda

Roseli T. Buzatto de Campos
Sec. De Educação

Gilberto J. Bloss
Sec. de Agricultura

Adriano Magioni
Sec. de Saúde

Ivani Meinerz
Coordenadora do CRAS